

O Indeterminado e a Categoria do Provável: uma leitura dos milagres nos pensamentos de Blaise Pascal

Imaculada Conceição Manhães MARINS

Arte-educadora – SME-RJ
imaculada@oi.com.br

Resumo: Pascal não procura explicar a fé pela ciência, ao contrário. Fé religiosa e conhecimento científico pertencem a diferentes esferas do conhecimento humano (“ordens”). Porém, os “milagres” podem ser lidos sob dois pontos de vista: sob uma perspectiva religiosa (“ordem da caridade”) e uma científica (“ordem da razão”). Sob a perspectiva (ordem) da razão, os ditos “milagres” são acontecimentos tão pouco comuns (“extraordinários”), fugindo a todas as leis racionais/naturais, que nos parecem “impossíveis” (uma não-verdade, não-realidade). É o “hábito” que nos faz creditar na “necessidade” das leis naturais. No entanto, o que assegura a “necessidade” de uma lei é apenas seu alto grau de probabilidade. Assim, se por um lado, os “milagres” nos enviam aos limites da razão (e aos domínios da fé religiosa), por outro, nos abrem uma nova concepção de razão: há uma razão do provável, do contingente, do indeterminado...

Palavras-chave: Blaise Pascal. Milagres. Probabilidade. Razão. Conhecimento. Fé.

Resumée: *Pascal ne cherche pas expliquer la foi religieuse par le savoir scientifique. Tout au contraire! Foi religieuse et connaissance scientifique appartiennent des différents ordres. Cependant, les “miracles” peuvent être vus sur deux point: d’une perspective religieuse (“l’ordre de la charité”) eTd’une perspective scientifique (“l’ordre de la raison”). Sur la perspective (l’ordre) de la raison, les dits “miracles” sont des événements si peu communs (“extraordinaires”) et hors de toutes les lois rationnelles/naturelles qu’ils nous semblent impossibles (non-veritables). C’est l’habitude que nous fait croire dans la “nécessité” d’une loi naturelle. Cependant, la “nécessité” d’une loi n’est que des probabilités plus ou moins possibles. Alors, si par un côté les miracles nous envoient aux bornes de la raison (et aux domaines propres de la foi religieuse), par autre, ils nous ouvrent une nouvelle conception de raison: il y a une raison du probable, du contingente, de l’indéterminé.*

Mots clés: *Blaise Pascal. Miracles. Probabilité. Raison. Connaissance. Foi.*

* * *

*Não é possível ser razoavelmente contra os milagres
(Pensamentos, fr.815)*

Como não há na estrutura de nossa humana razão nada que contrarie a existência de “milagres” (fr.813)¹ – ou seja, eventos extraordinários, que não seguem o curso *natural* das leis, como, p.ex., a de causalidade -, Pascal acha bem pouco razoável ser contra os milagres: “*Não é possível ser razoavelmente contra os milagres*” (fr.818); “*Abomino os que dizem duvidar dos milagres*” (fr.813); “*Como detesto essas tolices de não acreditar na Eucaristia, etc... Se o Evangelho está certo, se Jesus Cristo é Deus, qual a dificuldade?*” (fr.224). Ora, se

¹ De modo geral, usaremos a tradução da edição BRUNCHIVCG dos *Pensamentos*. Nesse caso, as referências dos fragmentos citados seguem os mesmos no interior do texto. Qualquer outro texto de Pascal citado é da edição LAFUMA (*Oeuvres Complètes*), as citações virão com a sigla **OC** e a(s) página(s) correspondente(s).

tais declarações partissem apenas da boca de um fanático da fé, não haveria muito que estranhar. Mas Pascal faz parte da História das Ciências. E sua tendência (de fato) ao “fanatismo” em nada obscurecia a clareza de seus raciocínios. Pascal não procurava explicar a fé pela ciência, ao contrário. Fé religiosa e conhecimento científico são de “ordens” diferentes (p.ex.: fr.793) e nada intercambiáveis; exceto pelo fato de ambas as ordens terem por eixo comum o **homem**. Ao estabelecer “ordens” para nossos domínios de conhecimento, Pascal demarca, como diz Chevalley, “*regiões da experiência*”, cujas diferenças mostram a “*heterogeneidade irreduzível*” dessas ordens. O que é da ordem da carne (físico/matéria) não é da ordem do espírito (razão/conhecimento científico) e ambas não são da ordem da caridade (fé religiosa).² “A distância infinita dos corpos aos espíritos figura a distância infinitamente mais infinita dos espíritos à caridade, pois ela é sobrenatural [diríamos hoje, pós Kant, “*supra-sensível*”]” (fr.793).

Mas há os que só podem admirar as grandezas carnis, como se não existissem as espirituais; e outros que só admiram as espirituais como se não existissem outras infinitamente mais na sabedoria. [...] A grandeza da sabedoria, que não existe em nenhuma parte a não ser em Deus, é invisível aos carnis e às pessoas de espírito. São três ordens diferentes em gênero. [...] Todos os corpos, o firmamento, as estrelas, a terra e os seus reinos, não valem o menor dos espíritos; de fato, ele conhece tudo isso e a si; e os corpos não conhecem nada. Todos os corpos juntos, e todos os espíritos juntos, e todas as suas produções, não valem o menor movimento de caridade; de fato, ela é de uma ordem infinitamente mais elevada (fr.793).

Interessante que Pascal, ao analisar os milagres, não se detenha apenas à “ordem da caridade”, ou seja, a especulações do ponto de vista da fé, das Escrituras Sagradas, dos Evangelhos... Não. Ele busca mostrar que mesmo da perspectiva científica não há nada que possa verdadeiramente “condenar” os milagres a uma simples falácia sem credibilidade científica. Não há nada na razão, dirá mais tarde Hume, que contrarie os milagres.

1. Os milagres lidos sob a “ordem da caridade”:

Pascal busca mostrar que se os ditos “milagres” são possíveis, há no entanto duas leituras destes: uma sob a “ordem do espírito” (ou ordem da razão) e outra sob a “ordem da caridade” (ou ordem da fé religiosa). Da perspectiva da fé, o milagre não é apenas o “evento extraordinário” (o que habitualmente se entende por milagre), mas a relação de um evento (e, para aquele que crê, todo evento – seja ordinário ou extraordinário - é um acontecimento de Deus) com um sinal divino: trata-se de um **signo** anunciando uma mensagem de Deus a seus fiéis.

É pelo poder divino, que governa todas as criaturas espirituais e corporais, que em certos dias de todos os anos, as águas do mar são atraídas e transbordam sobre a face da terra. Mas quando isso aconteceu pela oração do santo profeta Elias, após uma ininterrupta e longa seca, que ceifou a vida de muitos pela fome e, quando a atmosfera desprovida de umidade não dava sinais de futuras chuvas, e interveio o poder divino com chuvas copiosas e imediatas, foi um sinal de que o fenômeno se dava e se distribuía pela força do milagre (1Rs 18, 45)./ Deus

² “A distinção das ordens em Pascal não é nem uma teoria nem uma doutrina. A própria noção de ordem é equívoca, empregada às vezes em matemática, às vezes, a propósito do mundo da escrita, às vezes a propósito das ‘três ordens das coisas’. Se houvesse uma teoria geral das ordens, de onde uma filosofia sistemática pudesse ser tirada, isso imediatamente reintroduziria exatamente o que Pascal quer excluir: a idéia de uma ordem única de inteligibilidade. [...] De fato, a distinção das ordens tem em Pascal duas finalidades: estabelecer não sistematicamente a existência de certas diferenças entre as regiões da experiência; estabelecer que essas diferenças criam heterogeneidades irreduzíveis” (CHEVALLEY, 1995, p.55).

é o autor dos relâmpagos e trovões habituais. Mas quando no monte Sinai aconteceram de modo inusitado, sem que as vozes deixassem de se ouvir devido ao ruído generalizado, mas para que os preceitos divinos fossem proclamados por meio de sinais inequívocos, então também aí se pode concluir que esses fatos eram milagrosos (Ex 19, 16). (AGOSTINHO. A Trindade, Livro III, Cap. 5, 11: p. 122 – grifo nosso).

Quem restituirá a vida aos cadáveres, quando os mortos ressurgirem, a não ser aquele que dá a vida aos corpos nos úteros maternos, para o nascimento dos mortais? Quando isso acontece de modo regular, por assim dizer, como o rio sem fim das coisas que passam, fluem, permanecem e depois passam das profundezas para a superfície, da superfície para as profundezas, dizemos que é natural. Quando, porém, tais acontecimentos se apresentam aos observadores em desusada mudança para servir de aviso aos homens, então, os denominamos milagres (AGOSTINHO. A Trindade, L. III, Cap. 6, 11b: p.123 – grifo nosso).

Nos relatos bíblicos, dos *Evangelhos* ou nos livros do *Antigo Testamento*, os milagres indicavam uma mensagem, um signo (uma “figura”, na linguagem pascaliana), um sinal de Deus. Segundo a tradição cristã, todos os milagres (e profecias) do Antigo Testamento são sinais proféticos de Deus, não apenas para guiar na fé o povo escolhido, mas principalmente para anunciar a *Boa Nova* (a vinda de Jesus Cristo). Jesus Cristo veio para “*tirar as figuras e trazer a verdade*” (fr.665). Isso quer dizer que os milagres em Jesus não tinham mais a mesma função de “figura” (sinal de Deus) de outrora, mas dizem a manifestação desta verdade - a presença de Deus na terra, entre os homens, a **verdade encarnada**. Portanto, o inusitado, o extraordinário, o maravilhoso no milagre, isso que “*excede a lei natural*” e racional e assim define o que entendemos por “milagre” não é a característica própria do milagre em seu sentido radicalmente religioso. Tal definição surpreenderia mesmo os protagonistas das narrações bíblicas. Pois sendo toda a criação obra divina, portanto “*maravilhas de Deus*”, os milagres são compreendidos, na tradição bíblica, como apenas mais uma maravilha entre outras. “*A natureza é constantemente linguagem de Deus; e é apenas de uma maneira mais visível no milagre*” (SHIOKAWA, 1977, apud MESNARD, 1991, p.807). Eles são até certo ponto, como diz o próprio Pascal, naturais: “*A graça [como os milagres, poderíamos dizer] estará sempre no mundo – e assim também a natureza -, de sorte que ela é, até certo ponto, natural*” (fr.521).³

Bem, mas aqui gostaríamos de nos deter na outra perspectiva de interpretação em que Pascal investe (a da “ordem da razão”), não para provar a validade dos milagres enquanto pertencentes a ordem da fé (da caridade), mas para mostrar que não há nada na estrutura de nossa humana razão que contrarie a existência (possibilidade) de “milagres”.

2. Os milagres lidos sob a “ordem do espírito”:

Sob a perspectiva da ordem do espírito ou da razão, é preciso levar em conta que nem tudo que é incompreensível – no momento atual - deixa de possuir verdade ou realidade (melhor, sua possibilidade). E que nem tudo que ultrapassa o entendimento lógico-racional deve ser descartado como inverdade.

³ “*A maior parte de nossas dificuldades deriva do fato de termos transformado o milagre em uma ‘prova’, algo cientificamente constatável, quando ele é antes de mais nada um ‘sinal’ captado pela fé. Em outras palavras, nós esquecemos que o milagre tem duas faces, dois níveis de significação: uma face visível – o fato extraordinário constatado por todos – e uma face invisível – o sentido religioso captado pelo fiel*” (VV.AA., *Os Milagres do Evangelho*: p.9).

Chama-se habitualmente “milagre” um evento que - não sendo charlatanice (o mais recorrente) - ultrapassa os meios que temos disponíveis (sejam esses humanos, *técnicos*, ou da Natureza) - de tal modo que teríamos que conceder uma outra *explicação* (caso a buscássemos) para tal evento. Se o evento ocorrido não fosse realizado por alguma espécie de meio a nós *intencionalmente* oculto (havia, p.ex., “de fato” um meio tornando possível tal evento, mas ele foi ocultado para dar a aparência de extraordinário, i.e., de um *milagre*), teria então de ser porque algo no transcurso *habitual* da natureza (até então tido como indubitável) era de fato passível de *se comportar* de **outro modo** (até então tido como impossível). É um milagre, portanto, algo que ultrapasse os **meios naturais**: ou seja, algo que contrarie o que entendemos (*habitualmente*) por **leis da natureza** (que supomos *necessárias e universais*); mesmo que seu ponto de partida seja algo que, sob outras condições, bem poderia acontecer na própria natureza.

Um “efeito para ser milagroso deve ultrapassar toda a força da natureza”; milagres são, portanto, “os efeitos que suplantam a ordem da natureza”.⁴ Por exemplo: se algo não segue a **habitual** seqüência de **causa e efeito**, ou qualquer outro princípio racional que o entendimento “*impõe*” à Natureza (visto que para conhecê-la cientificamente precisa de suas categorias). Se, por exemplo, nos **Evangelhos**, Jesus Cristo conseguiu dividir o pão e o peixe, disponíveis para uma, duas ou três pessoas, por toda uma multidão, isto com certeza ultrapassa o **meio natural** disponível: o limite de divisibilidade de uma determinada matéria para que permaneça ainda a mesma matéria. Quando a água é transformada em vinho e ocorre uma mudança não natural, quebram-se as leis de substancialidade. Flores têm um tempo para brotarem, pessoas nascem e morrem, este é o ciclo natural da vida; mas se flores nascem instantaneamente, fora de seu processo natural, ou se um morto, já em decomposição, renasce para a vida, rompem-se as leis causais do tempo.

Pelo fato da curiosidade de Pascal em relação a tais eventos inusitados ultrapassarem os domínios da ordem da fé, visto ele querer compreendê-los sob outra **ordem**, poderíamos dizer que, nesta perspectiva, sua interpretação de “milagre” é (guardadas as diferenças específicas) bastante similar a do céptico David Hume: afinal ambos definem “milagre” como aquilo que ultrapassa (ou *viola*) as leis naturais⁵ - leis estas determinadas pelo “hábito”, não por “necessidade”: “*Que são nossos princípios naturais, senão princípios de hábito?*” (fr.92).⁶

É mais do que provável que todos os homens deverão morrer; que o chumbo, por si mesmo, não pode ficar suspenso no ar; que o fogo consome a madeira e é apagado pela água - a não ser porque sabemos que esses fatos são consentâneos com as leis da natureza e que é preciso uma violação dessas leis ou, em outras palavras, um milagre para impedi-lo. / Nenhuma coisa que tenha ocorrido alguma vez no curso ordinário da natureza é jamais considerada como um milagre. Não é milagre que um homem, que parece gozar de boa saúde, morra repentinamente: pois essa espécie de morte, conquanto mais rara que qualquer outra, tem sido observada muitas vezes. Mas seria um milagre que um morto voltasse à vida, porque isso jamais foi observado em qualquer época ou país (HUME, 1973, p.176).

A diferença é que, para Hume, milagres, mesmo sendo possíveis (já que para ele, como para Pascal, não há nada na estrutura da razão que efetivamente contrarie a possibilidade de milagres⁷ – afinal, lembremos: “*Não é possível ser razoavelmente contra os*

⁴ Fr.830 da Ed LAFUMA dos *Pensamentos* (sem correspondente na Ed. Brunschvicg) in **OC**: pp. 606-607.

⁵ Segundo David Hume: “*Um milagre é uma violação das leis da natureza*” (HUME, 1973: p.176).

⁶ Em David HUME (1973) ver, p.ex.: pp.145-146; pp.150-151.

⁷ HUME, 1973: p.195 e p.197-198.

milagres” - fr.815), ainda não ocorreram sobre a face da Terra, i.e., nenhum que fosse comprovado por pessoas idôneas e testado sob condições indiscutíveis – i.e., científicas - (devemos até confiar nos testemunhos humanos, mas como estes são dados ao “*fantástico e ao maravilhoso*”, é preciso ter uma postura bastante *cética* e duvidar radicalmente quando se trata de tais testemunhos *surreais*).

Não se encontra em toda História nenhum milagre atestado por um número suficiente de homens de tão indisputado bom senso, educação e cultura que nos garantissem contra a hipótese de qualquer ilusão deles próprios; de tão reconhecida integridade que os colocasse acima de qualquer suspeita da intenção de iludir os outros; e de tal crédito e reputação aos olhos da humanidade que representasse grande perda para eles se apanhados numa mentira; e, ao mesmo tempo, atestando fatos ocorridos de maneira tão pública e numa parte tão conhecida do mundo que o desmascaramento se tornasse inevitável: circunstâncias essas que são todas indispensáveis para nos dar plena confiança no testemunho dos homens (HUME, 1973, p.177).

Já para Pascal, milagres são não só possíveis como nada prova que não ocorreram (não haveria porque duvidar dos testemunhos bíblicos). Afinal, o que poderia provar indubitavelmente que mesmo os testemunhos ditos **científicos** (testados e comprovados segundo leis – e por pessoas idôneas) são realmente verdadeiros, e um testemunho do *incompreensível* da fé não? Nada impede que algo incompreensível (sob a perspectiva das estruturas lógicas do entendimento racional) tenha sua realidade possível dentro de alguma **ordem** (se não na “*ordem do espírito*” - a científica ordem da razão -, então em alguma outra...). Portanto, são **possíveis** testemunhos. Como escreve Bergson neste belo argumento:

Willian James declarava não ter nunca passado por estados místicos; mas acrescentava que se ouvisse falar de um homem que conhecesse tais experiências, ‘alguma coisa lhe fazia eco’. A maior parte de nós é provavelmente da mesma opinião. Não serve de nada usarmos como oposição os protestos indignados daqueles que não vêem no misticismo mais do que charlatanismo ou loucura. Alguns, sem dúvida, são totalmente fechados à experiência mística, incapazes de experimentar ou imaginar qualquer coisa a esse respeito. Mas encontramos igualmente pessoas pelas quais a música não é mais do que um ruído, e entre estas há quem se exprima do mesmo modo, com a mesma cólera, com o mesmo tom de rancor pessoal a propósito da música. E ninguém, por causa disso, tirará daí argumentos contra a música. Deixemos então de lado essas negações (BERGSON, 1937, p.263).

Os milagres, embora eventos que constituam uma exceção à regra, algo que parece contrariar as leis naturais, escapando aos princípios da razão (princípio de identidade, de não-contradição, do terceiro excluído - **ou** isto **ou** aquilo -, da razão suficiente – *as razões de ser* - da causalidade - etc.), nem por isso se deve recusá-los (*a priori*) como “impossíveis” e discriminá-los como não-verdade (não-realidade). “*É lamentável figurar na exceção à regra. É preciso mesmo ser severo e contrário à exceção. Entretanto, como é certo que há exceções à regra, cumpre julgá-las com severidade e justiça*” (fr.833). Descartar é (de)limitar *a priori* todas as dimensões de nossas experiências (possíveis) em sua relação com a razão - e isso acarreta em um empobrecimento do *jogo* do conhecer (para nós humanos), tanto quanto é sinal de uma grande cegueira quanto à dimensão do “*possível*”: “*Assim, os que hoje recusam acreditar nos milagres, em virtude de uma pretensa contradição quimérica, não são desculpáveis*” (fr.829). O mundo é muito mais vasto do que nossa idéia de mundo pode abarcar. Somos um **entre**: dois infinitos de grandeza e pequenez, o tudo e o nada, a vontade de conhecer e a incapacidade conhecer totalmente, a elevação e a danação, o anjo e a besta... O que prova que o fantástico, o incompreensível é apenas uma quimera, uma ilusão e, em

contrapartida, tudo o que o pensamento *científico* determinou é uma *certeza*? O que “prova”, senão a “**força do hábito**”? “Natureza” e “Necessidade” não são mais do que nomes que vêm do hábito: “Nossa alma é lançada no corpo, onde encontra número, tempo, dimensões. Raciocina sobre isso e a isso chama natureza, necessidade, e não pode crer em outra coisa” (fr.233). “*Quando vemos um efeito repetir-se seguidamente, concluímos tratar-se de uma necessidade natural: amanhã será dia, etc. Mas não raro a natureza nos desmente e não se submete a suas próprias leis*” (fr.91).

Não se pode ser razoavelmente contra os milagres (fr.815), i.e., não há nada realmente que contrarie nosso pensamento se amanhã o sol não nascer, se a *natureza não se submeter às suas próprias leis*. Nada, a não ser o **hábito**, nos fará acreditar que assim será: “*Quão poucas são as coisas demonstradas! As provas só convencem o espírito. O costume torna as nossas provas mais fortes e mais críveis [...]. Quem demonstrou que amanhã será dia, e que morreremos? E haverá algo em que mais se acredite?*” - é a crença, o costume, que nos persuade a assim pensarmos (fr.252). O que percebemos daquilo a que chamamos realidade exterior (Natureza) é que um fato sempre se sucede a outro, de modo que depois de repetidas sucessões similares, por **hábito**, acreditamos na necessidade desta causalidade e a determinamos “lei”. Mas não podemos falar de *certeza*, senão de **probabilidades** (HUME, 1973, p.175).

Para a ciência, não há milagres, “há simplesmente um fato que ela constata. O seu papel é explicar o mundo e os acontecimentos – e, por isso mesmo, encontrar suas causas. Ela tem por princípio um certo determinismo, isto é, o fato de que a natureza obedece a leis [universais/necessárias/absolutas]. A função das ciências é descobrir essas leis, para poder agir sobre as causas e fazer com que o mesmo fato se reproduza segundo nossa vontade” (VV.AA. *Os Milagres do Evangelho*: p.10). O que chamamos “leis da natureza” não podem ser ditas (nem para Pascal nem para Hume) necessárias/absolutas, mas fruto de uma probabilidade altamente favorável, i.e., com uma margem de erro (em sua causalidade) ínfima. Por exemplo, ao levantar o lápis a um metro do chão e depois soltá-lo, espero (sei) que, pela “lei da gravidade” - lei esta que não só experimento pessoalmente, como foi instituída por cientistas, homens, como diria Hume, de pouca probabilidade de estarem mentindo (HUME, 1973, pp.175-176) -, o lápis cairá. Mas não há “nenhuma contradição” para o pensamento que ele não caia e flutue no ar (o que seria um *milagre*, i.e., um fato extraordinário, fora do comum, do habitual). É pelo hábito que sei que a probabilidade (a *certeza*) é de que ele caia. Acontece que nada impede que as ditas “leis da natureza” (como, p.ex., a da gravidade terrestre) sejam tal como um “dado” de um trilhão de faces (imaginemos, pois dados são cubos, portanto, têm apenas seis faces), onde somente uma foi marcada pelo n.º zero e todas as outras pelo n.º 1. Se dissermos que as faces de n.º 1 correspondem a tal “lei”, e a única face de n.º zero corresponde a um erro acaso (de um em um trilhão) onde a lei falharia aqui na Terra, então, no caso do exemplo acima o lápis se manteria em suspenso (- imaginemos, pois talvez Einstein tenha razão e *Deus não jogue dados* – e nem a Natureza!). E se durante toda a história dos seres humanos sobre a Terra aconteceu de sempre cair um dos lados de n.º 1 (uma vez que a probabilidade é de uma em um trilhão que caia a única face de n.º zero)? Então só restaria aos humanos, desconhecendo o “dado” de um trilhão de faces, instituir esta **lei** como **necessária** (de tal modo que a contingência fosse *riscada do mapa* ou posta seriamente em dúvida: a contingência é o erro ou aquilo que deve ser descartado: uma simples exceção à regra é suficiente para por em suspeita a validade de uma **lei**). Mas, diz Pascal: “*não raro a natureza nos desmente e não se submete a suas próprias leis*” (fr.91).

As contingências, os acasos não são meros elementos que ocorrem de escapar ao necessário e à certeza absoluta e indubitável do racional, mas são *peças* que também fazem parte deste *jogo*: da vida, do mundo, do conhecer, do pensar. Sabemos que a razão estabelece a lei de causalidade (o que nos torna compreensível, por exemplo, toda sucessão de fatos); mas que o lápis caia ao soltá-lo é apenas uma hipótese extremamente provável segundo certas condições (e não uma necessidade absoluta); pois posso soltá-lo dentro de uma câmara (sem gravidade) para treinamento de astronautas, onde ele, sem mágica ou milagres, flutuará. Suponhamos que eu desconhecesse estar numa dessas câmaras; tal como um índio que ainda desconhece as tecnologias da civilização e se surpreende com fósforos acesos ou com sua imagem reproduzida num vídeo, não me surpreenderia, eu também, pensando estar diante de um milagre ou de uma feitiçaria? Se, por exemplo, desconheço que um teto é imantado, ao soltar um prego e vê-lo subir, não posso facilmente pensar estar diante de um milagre? De fato, o extraordinário sempre tem uma “*causa oculta*” para nós - “*Não há no mundo – diz Hume – isso que se chama acaso*”; o que chamamos acaso deve-se à “*nossa ignorância da verdadeira causa de uma ocorrência*” oculta para nós: (HUME, 1973, p.151). Às vezes, facilmente passível de ser descoberta. Alguém, no caso do exemplo acima, pode me alertar que o efeito do prego subir ocorreu porque o teto era imantado. Outras, bem pouco provável de ser por nós um dia conhecida. Afinal, quem poderia **definitivamente** nos **certificar** se Deus (existindo) joga ou não “dados” de um trilhão de faces? Quem, que ser **finito** e **limitado**, que traduz o ser e a razão do homem, pode conhecer o **infinito** e o **ilimitado**, que define Deus e uma concepção de Universo?

Para Hume, as probabilidades de que algum humano tenha presenciado de fato um milagre (ou o que aqui chamamos a queda da única face de n.º zero) é praticamente nula; visto que, por experiência, também já ajuizamos os homens como tendendo para o “*fantástico e para o maravilhoso*”,⁸ de tal modo que se algum homem diz ter presenciado tal “milagre” (a queda da face n.º zero) é mais fácil acreditarmos que ele mente, nos engana ou se auto-engana. Só para lembrar, por “milagre” Hume chama, em um sentido similar ao de Pascal, a quebra do curso regular da natureza: tal como o exemplo que demos do lápis permanecer no ar, apesar das leis da gravidade terrestre. Para Hume, assim como para Pascal, sabemos, não há nenhuma contradição pensarmos em sua possibilidade, o que o primeiro objeta é que tenha de fato ocorrido, em toda história do homem, isto a que chamamos “a queda da única face n.º zero do dado de um trilhão de faces”; ou melhor, que tendo ocorrido, possa ter havido testemunhos (confiáveis). Pois, embora os testemunhos humanos sejam de grande relevância; quanto aos ditos “milagres”, eles não têm valor algum. Hume os derruba um por um - visto não ter encontrado em nenhum deles (nos testemunhos) a isenção científica necessária. É de extrema importância para nós levarmos em conta o que os homens dizem, pesquisam, conhecem, uma vez que isso reduz a necessidade de termos experiências diretas, pois usando a experiência de outros humanos (os testemunhos respeitáveis dos cientistas, por exemplo) podemos conhecer tais como se eles fossem nossos - ninguém precisa percorrer todos os caminhos da experiência científica cada vez que for criar algo de novo - partimos das experiências precedentes para daí prosseguirmos.

Pascal, no *Prefácio sobre o tratado do vácuo*, imagina o conhecimento humano tal como um único homem, que, criança, começa a construir seu saber, e progride, aumentando-o, à medida que amadurece. Tudo que sabemos, devemos em parte aos Antigos. Eles nos

⁸ Sobre o pouco de confiança que devemos aos testemunhos dos homens pela “*forte propensão da humanidade pelo extraordinário e o maravilhoso*”; ou “*a inclinação dos homens pelo maravilhoso*” ver: HUME, 1973, p.177-178.

legaram parte de uma verdade que vamos aperfeiçoando (ou ao menos modificando) à medida que novas descobertas são feitas. Se a verdade para nós muda, isso não significa que ela passa a ser outra. Mas que desconhecendo a verdade (absoluta) e só tendo acesso a parte dela, num emaranhado de eventos que são causas e causados, interligados, interconectados, dentro de uma totalidade que nos ultrapassa infinitamente, a verdade que nos cabe, de *nossa teia*, diria Nietzsche, é sempre parcial e por isso tão mutante – e continuará a sê-lo, visto que, fragmentos insignificantes desta totalidade, não nos cabe chegar à essência íntima do ser, à coisa-em-si-mesma: “[...] qualquer força enfim que possua esta Antiguidade, a verdade deve sempre estar à frente, ainda que novamente descoberta, visto que a verdade é sempre mais antiga do que todas as opiniões, e que seria ignorar sua natureza imaginar que ela tenha começado a ser no momento em que fora conhecida” (PASCAL, B. *Préface sur le traité du vide* in OC: p. 232). Comentando as descobertas sobre o vácuo, diz ainda Pascal, que os antigos têm o direito de dizer que a natureza abomina o vazio, o vácuo, mas no momento das experiências atuais isso é inadmissível, indesculpável. O que não significa que esta “descoberta” seja a resposta definitiva. E “é assim que, quando dizemos que o diamante é o mais duro de todos os corpos, entendemos de todos os corpos que conhecemos, e não podemos e nem devemos aí compreender aqueles corpos que não conhecemos; e quando dizemos que o ouro é o mais pesado de todos os corpos, seríamos temerários de compreender nesta proposição geral aqueles corpos que ainda não conhecemos”, visto que não é impossível que eles existam (PASCAL, B. *ibid*).⁹

É preciso frisar que embora Hume, desconfiando da veracidade dos testemunhos humanos (sobretudo quando se trata do “maravilhoso”), descarta (sob a perspectiva científica) a possibilidade de já terem ocorrido “milagres”, porém não os descartando sob a perspectiva da fé, que ele, tal como Pascal, reconhece não ser do domínio (ou da ordem) da razão.¹⁰ Para a credibilidade de um testemunho é preciso **selecionar** em que, **no que e em quem acreditar**. Para o autor dos *Pensamentos* é preciso saber distinguir qual a *ordem* em questão e, portanto, qual a natureza do testemunho solicitado. Na perspectiva da religião, a apologia dos milagres é feita através de um esquema que consiste: primeiro, mostrar o papel relativo da razão, em segundo, a força do ato de fé e, portanto, a predisposição a um “*coração aberto*” às verdades reveladas, e finalmente, o testemunho e a autoridade da Escritura (que contém em formas de **figuras**, i.e., signos a serem interpretados, a **voz oculta** de Deus). Se for sob a perspectiva da ordem do espírito, é preciso levar em conta, como dissemos, que nem tudo que é incompreensível deixa de possuir verdade ou realidade (melhor, sua possibilidade). Que nem tudo que ultrapassa o entendimento lógico-racional deve ser descartado como inverdade.

⁹ “Nenhuma teoria em particular, pode, jamais, ser considerada absolutamente certa: cada teoria pode se tornar problemática [...] Nenhuma teoria científica é sacrossanta ou fora de crítica” (Popper, 1975, 330).

¹⁰ “Ainda mais me agrada o método de raciocínio aqui exposto quando penso que talvez sirva para confundir esses inimigos disfarçados da **Religião Cristã** que se propõem a defendê-la pelos princípios da razão humana. Nossa santíssima religião está fundada na **fé** e não na razão: e é um meio seguro de traí-la esse de submetê-la a um prova a que ela não pode de nenhum modo fazer frente. [...] O que dissemos dos milagres pode ser aplicado, sem qualquer alteração, às profecias; e, com efeito, todas as profecias são verdadeiros milagres, e só a esse título podem ser admitidos como provas de qualquer revelação. Se prever acontecimentos futuros não fosse superior à capacidade da natureza humana, seria absurdo alegar qualquer profecia como prova de uma missão divina ou de uma autoridade, conferida pelo céu. E assim, numa visão de conjunto, podemos concluir que a **Religião Cristã** não só foi inicialmente acompanhada de milagres, como até hoje não é possível que uma pessoa razoável lhe dê crédito sem milagre. A simples razão é insuficiente para nos convencer de sua veracidade, e todo aquele que é movido pela **fé** a aceitá-la tem consciência de uma continuação do milagre na sua pessoa, subvertendo todos os princípios de seu entendimento e dando-lhe a determinação de crer no que é mais contrário ao costume e à experiência” (HUME, 1973, pp.175-176).

Nada impede que algo incompreensível sob esta ordem venha então um dia a ser compreendido (ou tenha realidade dentro de outra ordem). Que nem tudo que parece não fazer parte do “*possível*” deve ter sua realidade ou sua veracidade negada.

Submissão. É preciso saber duvidar quando necessário, afirmar quando necessário, submeter-se quando necessário. Quem assim não faz não entende a força da razão. Há os que pecam contra esses três princípios, ou afirmando tudo como demonstrativo, por falta de conhecimentos em demonstrações; ou duvidando de tudo, por não saberem quando é preciso submeter-se; ou submetendo-se a tudo, por ignorarem quando é preciso julgar (fr.268).

Se se submete tudo a razão, a nossa religião nada terá de misterioso, nem de sobrenatural. Se se contrariam os princípios da razão, a nossa religião será absurda e ridícula (fr.273).

E por isso:

Os milagres e a verdade são necessários porque é preciso convencer o homem inteiro, corpo e alma (fr.806).

Assim, se por um lado os *milagres* e os demais *mistérios* (da religião) nos remetem aos limites da razão - e a seu uso em um campo próprio -, por outro, eles *abrem* para o homem a própria concepção de razão (e de limites): há uma razão do provável, do contingente, do indeterminável, do *incompreensível*...

Referências

AGOSTINHO, Santo Bispo de Hipona. *A Trindade*. São Paulo: Paulus, 1995.

BERGSON, Henri. *Les deux sources de la morale et de la religion*, Paris: Félic Alcan, 1937.

CHEVALLEY, Catherine. *Pascal Contingence et Probabilités*, 1ª ed. Paris: PUF, 1995.

HUME, David. *Investigação sobre o Entendimento Humano*. Coleção “Os Pensadores”, vol. 23, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MESNARD, Jean (éd). *Blaise Pascal: Oeuvres Complètes III*. Coll. Bibliothèque Européenne, Paris: Desclée de Brower, 1991.

PASCAL, Blaise. *Oeuvres Complètes*, présentation et notes de Louis LAFUMA; Préface D’Henri Gouhier, Coll. “L’Intégrale”, Paris: Éd. du Seuil, 1963.

----- *Pensamentos*. Edição Brunschvicg. Coleção “Os Pensadores”, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

----- *Pensamentos*. Ed. Lafuma. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

POPPER, Karl. *Conhecimento objetivo*. São Paulo: EDUSP, 1975.

SHIOKAWA, Tetsuya. *Pascal et les miracles*, Paris, 1977.

VV.AA. *Os Milagres do Evangelho*. 2ªed., São Paulo: Paulinas, 1982.